CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA

CURSO DE DIREITO

Andressa Nascimento Silva

ESTADO E GOVERNO: Estado Moderno e Democracia

Ribeirão Preto, SP

2019

ANDRESSA NASCIMENTO SILVA

ESTADO E GOVERNO: Estado Moderno e Democracia

Este trabalho tem por objetivo analisar aspectos sobre a criação do Estado Moderno e Democracia, como foi o processo histórico para esta conquista, o que levou para o sistema político atual e apresentar um pouco sobre como é a política e democracia brasileira hoje.

Orientador: Professor Pythagoras Daronch

Ribeirão Preto, SP

2019

Sumário

Resumo 4
1. Introdução 6
2. Como começou? – O Absolutismo 6
3. As Revoluções ..... 7,7 e 8
4. Pensadores ..... 9 e 9
5. Conclusão ..... 10 e 11
6. Bibliografia 12

Resumo

O Estado Moderno Democrático iniciou com revoltas, muitas revoltas, principalmente da burguesia da Idade Moderna. E como não se revoltar? Primeiro que o poder político e de governo era concentrado nas mãos de um só (Absolutismo), ou seja, as pessoas não podiam falar nada, opinar em nada, eram controladas, tinham seus direitos controlados. Mas, se apesar disto, os monarcas conseguissem governar bem seus países ainda estava bom. O problema é que, não conseguiram. Pois como o poder absoluto de um país não era suficiente para eles, começaram a brigar por mais poder, mais terras, mais influência econômica e religiosa, o que gerou muitas guerras e prejuízos econômicos para os países e para a população (Ex. As Cruzadas, A Guerra dos Sete Anos).

E, obviamente que, com tantos gastos para se ter mais poder, a economia das grandes potências da época (França e Inglaterra) não iria aguentar. E não aguentou, pois entrou em crise, enfraquecendo esses países. E para tentar reestabelecer a ordem o que os monarcas fizeram? Passaram a cobrar mais impostos da população, "claro"! E esta por sinal já estava insatisfeita com os governantes.

Além deste fato, outros foram essenciais para a democracia: ideias de pensadores e um fenômeno chamado iluminismo (movimento cultural e intelectual que defendia o uso da razão e pregava ideias de igualdade e liberdade, 1715-1789).

O fim das revoltas caracterizou o fim do Absolutismo e o início do Estado Moderno Democrático. Afinal, com o término delas os países constituíram documentos oficiais que declararam direitos a população como o direito ao sufrágio universal, a liberdade de expressão, a igualdade, entre outros; e a formação de república.

Resumo em língua estrangeira:

The Modern Democratic State began with revolts, many revolts, mainly by the bourgeoisie of the Modern Age. And how not to revolt? Firstly, political and government power was concentrated in the hands of a single person (Absolutism), that is, people could not say anything, give their opinion on anything, they were controlled, their rights were controlled. But, if despite this, monarchs managed to govern their countries well, it was still good. The problem is that they didn't succeed. Because the absolute power of a country was not enough for them, they began to fight for more power, more land, more economic and religious influence, which generated many wars and economic losses for the countries and the population (Ex. The Crusades , The Seven Years' War).

And, obviously, with so much spending to gain more power, the economy of the great powers of the time (France and England) would not be able to cope. And it couldn't handle it, as it went into crisis, weakening these countries. And to try to reestablish order, what did the monarchs do? They started charging more taxes from the population, "of course"! And this, by the way, was already dissatisfied with the government.

In addition to this fact, others were essential for democracy: ideas from thinkers and a phenomenon called Enlightenment (cultural and intellectual movement that defended the use of reason and preached ideas of equality and freedom, 1715-1789).

The end of the revolts marked the end of Absolutism and the beginning of the Modern Democratic State. After all, with their end, countries created official documents that declared the population's rights such as the right to universal suffrage, freedom of expression, equality, among others; and the formation of a republic.

1. Introdução

Quando se fala em Estado Moderno refere-se a governo, a forma de organização política, jurídica e moral de uma sociedade. O pensador e filósofo Aristóteles (384 a.c. – 322 a.c.), em sua obra "A Política", Livro III, diz que o governo pode caber a um só indivíduo, a um grupo, ou a todo povo (Democracia).

Inicialmente, os povos ágrafos (sem escrita), se organizavam "juridicamente" pelos costumes. Não havia uma lei, ou regra definida, porém os costumes eram seguidos por todos. Depois, a religião passou a ser muito influente também para ditar o que uma sociedade devia ou não fazer (o que era certo ou errado, ou "o que agradava a Deus"). Daí vem o que denomina-se de Direito Natural, ou Direito regido pela natureza.

Com o tempo e o desenvolvimento social, as leis passaram a ser positivadas, escritas. Mas isso não aconteceu da noite para o dia. Foi um processo histórico, assim como a conquista pela democracia.

2. Como começou? – O Absolutismo.

Com a queda do Império Romano, e depois com a queda do Feudalismo, já no final da Idade Média, nasce o Absolutismo. Este foi um sistema de governo absoluto, onde o poder era concentrado nas mãos de uma só pessoa, tido como rei ou rainha, um monarca. Assim, a sociedade em nada podia opinar ou interferir, não tinha direitos.

O principal símbolo do Absolutismo está na obra "Leviatã" (1651) de Thomas Hobbes (1588-1679). Se trata de uma espécie de "deus" que é o rei. Na mão direita segura uma espada que significa segurança, o exército nacional. Na mão esquerda segura um cetro que significa poder soberano. Seu corpo é composto por pessoas que significa que o povo dá poder ao rei.

Com o tempo, esse sistema de governo foi perdendo força. Acontece que, muitos monarcas "passaram dos limites", ou seja, passaram a impor de forma inflexível suas vontades e a reprimir os que eram contrários. Um exemplo é o expoente máximo, rei francês Luís XIV (1638-1715), autor da famosa frase "O Estado Sou Eu". Controlador e radical, seu reinado deixou uma forte tensão entre Estado e burguesia, o que se intensificou no século XVIII.

Outros fatores foram ainda mais influentes para o fim do absolutismo. Segundo Paulo Bonavides em seu livro "Teoria Geral do Estado", 11ª edição, inicialmente o que tornou as raízes da ascensão política da Burguesia até se tornar classe dominante está ligado as guerras

religiosas e competições econômicas que dificultaram a política do equilíbrio europeu. Ele diz que, no "caldo" desses conflitos se fez paulatinamente a ascensão da classe burguesa, até o dia em que, levando a cabo por via revolucionária o desafio ao Absolutismo. Portanto as revoluções foram determinantes para o marco inicial do Estado Moderno Democrático.

3. As Revoluções

3.1. A Revolução Inglesa

A Revolução Inglesa aconteceu entre 1640 e 1688 e se iniciou basicamente devido a revolta do parlamento contra a dinastia Stuart.

Carlos I, ou Carlos Stuart (1600-1649) foi um monarca inglês que não respeitou o parlamento, pois tomava decisões sem consultá-lo, o que gerou insatisfação dos representantes.

Além disso, com uma crise econômica no país, Carlos I decidiu aumentar ainda mais os impostos, que já estavam altos. Para isso, ele decidiu convocar o parlamento. No entanto, este discordou da medida, bem como tentou impor uma constituição. Mas o rei, revoltado com isso e também com a questão de estar impedido pelo parlamento de ter poderes militares, o dissolveu o que desencadeou a guerra.

No início o parlamento quase perdeu a guerra, mas com a entrada de Oliver Cromwell (1599-1658) na liderança do exército, venceu. Este militar mudou toda a política do sistema, instituindo o cargo por mérito e treinando o exército.

Assim, em 1649 foi proclamada a república e Cromwell ganhou título de Lorde Protetor da República. Com sua morte e abdicação de seu filho, o parlamento decidiu colocar no poder Carlos II (1630-1685), filho de Carlos I, da dinastia Stuart. E após sua morte quem assumiu foi seu irmão Jaime II (1633-1701). Este, por sua vez, tentou reestabelecer o absolutismo. O que deixou o parlamento revoltado, que decidiu chamar Guilherme de Orange (1650-1702) para conspirar contra o rei, mas com uma condição: ele teria que aceitar a Bill Of Rights (Carta dos Direitos - 1689) que foi uma lei que determinou que o monarca deve ser inferior ao parlamento. E assim foi, De Orange aceitou e se tornou rei, mas sem soberania.

3.2. Revolução Americana

Um pouco mais tarde, com o fim da Guerra dos Sete Anos (guerra entre Inglaterra e França por posse de territórios), em 1756, iniciou a Revolução Americana.

Ela começou quando a Inglaterra venceu a guerra. Mas com os gastos tidos nas batalhas e com a manutenção dos territórios conquistados, sua economia entrou em crise. E para resolver a situação, a Inglaterra passou a impor impostos as suas treze colônias (onde hoje é o Estados Unidos da América).

Um destes impostos foi a Lei do Chá que determinava que os colonos só poderiam comprar chá dos comerciantes ingleses. A população se revoltou com isso e começou a protestar.

O mais famoso protesto é o chamado Festa do Chá de Boston (1773), que foi quando os revoltosos invadiram um barco inglês e destruíram a mercadoria de chá, lançando-a ao mar.

Por tais motivos foi realizado o primeiro Congresso Continental que decidiu por enviar uma petição ao rei dizendo que os impostos eram injustos. Mas o monarca não flexibilizou. Assim, cerca de dois anos depois o Congresso votou pela Declaração da Independência, e a guerra começou.

Na segunda fase do conflito, os colonos adquiriram o apoio da França e da Espanha. E em 1781 as tropas britânicas reconheceram a derrota, oficialmente após dois anos.

Em 1787, o que hoje é os Estados Unidos da América promulgou a primeira constituição mundial que teve como influência ideias iluministas, bem como de um grande pensador da época chamado John Locke. A constituição reconheceu o Estado como República Federativa Presidencialista, assegurou o livre exercício dos direitos políticos e civis, a liberdade de expressão, de imprensa, de crença religiosa, de reunião, a inviolabilidade do domicílio, o direito a julgamento e a um processo e a tripartição dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

3.3. Revolução Francesa

Mas as revoltas burguesas que influenciaram o Estado Moderno Democrático não acabaram aí. Há ainda mais uma: a Revolução Francesa. Esta que ocorreu entre 1789 e 1799, também iniciou com uma crise econômica no país. Afinal de contas, a época era bem propícia para crises e revoltas: muitas guerras acontecendo, Revolução Americana se encerrando junto com uma constituição promulgada. Logicamente que a França, que também era uma potência, não ficou para trás.

Com a crise, logo após a França ter perdido a Guerra dos Sete Anos, o país estava endividado. Além disso, a desigualdade social era muito grande, pois o clero e a nobreza

ostentavam enquanto a burguesia e os trabalhadores pagavam altos impostos e viviam sob condições precárias. Com tudo isso, a população começou a passar fome, o que gerou grande insatisfação.

Revoltados, os deputados do terceiro estado (trabalhadores e burgueses) se autoproclamaram em Assembleia Constituinte e decidiram que a França precisava de uma constituição.

Paralelamente, em 14 de Julho de 1789, a população foi para as ruas e promoveu a queda da Bastilha (que era uma antiga cadeia com presos políticos, grande símbolo do absolutismo), destruindo-a.

Daí em diante, a Constituinte tomou forma e elaborou os Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que foi um documento que declarou a igualdade, o direito à propriedade privada, a liberdades individuais, direitos civis, e a tripartição dos poderes.

A primeira constituição da França entrou em vigor em 1791.

Mas o rei ainda tentou retomar o poder, por isso ele foi julgado e morto.

Em 1793 se iniciou a República Jacobina, que eram burgueses revolucionários. Eles criaram uma nova constituição estabelecendo o sufrágio universal.

No entanto, a Revolução Francesa só encerrou em 1799 quando Napoleão Bonaparte (1769-1821) assumiu o poder.

O principal legado desta revolução: "liberdade, igualdade e fraternidade".

Com o fim da Revolução Francesa, se encerrou as revoltas burguesas e iniciou algo novo, nova política, um Estado Moderno e Democrático. A França era um país muito influente na época. E, havendo já fatores ocorrendo há anos que buscavam direitos para a população, uma democracia, a revolta francesa foi determinante para o fim do absolutismo e o início de um novo estado, nova forma de governo, pois ela influenciou o mundo todo.

4. Pensadores

Alguns dos pensadores mais influentes para o início da Democracia foram Montesquieu, Rousseau, Voltaire e John Locke.

Começando com Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu ou Montesquieu como conhecido (1689-1755), francês, pensador iluminista, famoso e influente

por sua teoria da separação dos poderes descrito em sua obra "O Espírito das Leis" (1748). Defendia que o sistema de governo deve ser constitucional com preservação das liberdades civis, manutenção da lei e deve ser dividido em Poder Legislativo (órgão que cria e fiscaliza as leis), Executivo (órgão que executa as leis) e Judiciário (órgão que julga as leis).

Já Jean Jacques Rousseau (1712-1778), também principal filósofo iluminista e popular durante a Revolução Francesa, defensor do estado de natureza como liberdade verdadeira, argumenta que o homem não nasce corrupto mas se corrompe ao longo de suas experiências. Seu pensamento mais influente foi a teoria do "Contrato Social" (1762), que defende que a população pode alienar sua liberdade do estado natural, desde que em troca de liberdade e igualdade civis. Assim, o governo deve estar a serviço do povo que prescreve como o agente deve governar.

François-Marie Arouet (1694-1778) mais conhecido como Voltaire, influente para as revoluções francesa e americana, defendia a liberdade de expressão e religião, seu pensamento baseava-se na ideia de que o Estado não tinha que existir para servir ao r ei mas sim para servir ao povo e que todos eram iguais em uma esfera civil.

E por último, John Locke (1632-1704), inglês mais importante influência na Revolução Inglesa, conhecido como o "pai do liberalismo", defendia a liberdade e tolerância religiosa, argumentava a ideia revolucionária de "direitos naturais", ou seja, aqueles que diferindo dos direitos legais, não dependeriam de qualquer autoridade constituída e portanto seriam inalienáveis. Esses direitos são: o direito à liberdade, à vida e a propriedade.

Conclusão sobre os Seminários apresentados:

Os seminários apresentados no curso de Direito – 1º Período/Noturno do Centro Universitário Moura Lacerda, sob a orientação do Prof. Pythagoras Daronch, foram muito importantes para agregar conhecimento aos estudantes de Direito.

O processo histórico da democracia é uma questão essencial para o saber jurídico, pois ela forma o conhecimento da criação dos direitos fundamentais. E este saber é imprescindível para o profissional do Direito que tem como função defender a ordem social e a cidadania, seus direitos e deveres.

Os seminários passaram, resumidamente, os seguintes conhecimentos:

Verifica-se que, para se chegar ao sistema de governo atual, foi necessário um longo processo histórico, que se iniciou desde os primeiros povos do mundo, com os povos ágrafos que se organizavam por costumes.

Com o tempo a religião passou a ser muito influente na política. Acreditava-se muito naquilo que era certo ou errado de acordo com as leis de Deus, e esta lei era seguida. A primeira lei religiosa é a lei de Moisés, os dez mandamentos. Mais tarde, a lei passou a ser positivada, com o código de Hamurabi.

Mas apenas a criação de lei não garante a sua aplicação, é preciso um governo, uma ordem política e social.

E, neste sentido, a sociedade é "poderosa". Sim, porque, esta quando unida em um único pensamento, dita regras, e isso é a democracia. Uma só pessoa não tem poder de ir contra uma população, a não ser que esse poder já tenha sido dado a esta pessoa, como no absolutismo.

A primeira forma de democracia foi citada por Aristóteles, quando ele diz que o povo pode governar. Ela nasce nas reuniões populares na Grécia Antiga e no Império Romano, mas apenas se concretiza quando acaba o absolutismo, com as revoltas burguesas e a criação de documentos oficiais com a garantia de direitos políticos, civis e sociais.

Todo esse processo histórico e político foi necessário para a conquista dos direitos que se tem hoje: o sufrágio popular, a liberdade de expressão, por exemplo; e para a organização política atual: no Brasil, a república federativa com a tripartição dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário.

Daí verifica-se a grande importância desses conhecimentos para o Profissional do Direito. Esta profissão está inteiramente ligada com o povo, pois ela é o reflexo da ordem social e da garantia dos direitos e deveres.

Há advogados para defender as pessoas diante de uma lei positivada imposta pelo estado, promotores para denunciar os que não respeitam as leis, e o Juiz que julga, determina quem está certo ou errado ou o que se deve fazer diante de um conflito.

Com tais fatos apresentados, o conhecimento do que é o povo, do seu poder social, do governo, da criação da democracia, da representação política da população, e da conquista dos direitos civis e políticos que foram apresentados nos seminários, são essenciais para aqueles que se formam o maior defensor da ordem social: o Profissional do Direito. Pois, com tais conhecimentos, este profissional tem a possibilidade de fazer um balanço da sociedade atual e antiga, se houve melhorias e também de fazer citações em suas argumentações defensivas da sociedade relacionando os conceitos históricos e atuais dela, defendendo a garantia dos direitos fundamentais conquistados pela população.

Bibliografia:

Dallari, Dalmo de Abreu, Elementos Da Teoria Geral do Estado. 20. Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

Bonavides, Paulo. Teoria Geral do Estado. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

História - Independência dos Estados Unidos. Ginga Videoaulas. Disponível em < https://www.youtube.com>

Resumo de História: Revolução Inglesa e Revolução Gloriosa (Débora Aladim). Disponível em <https://www.youtube.com/debora+aladim>.

Como Ocorreu a Revolução Francesa? | história | quer que desenhe? Disponível em <https://www.youtube.com/descomplica>.

A Revolução de Independência dos EUA | Nerdologia. Disponível em <https://www.youtube.com/nerdologia>.

Revolução Francesa: tudo que você precisa saber! Resumo de história (Débora Aladim). Disponível em < https://www.youtube.com/debora+aladim>

Resumo de história - Absolutismo, Mercantilismo e Renascimento (Débora Aladim). Disponível em < https://www.youtube.com/debora+aladim>

Resumo de história - Iluminismo (Débora Aladim). Disponível em <https://www.youtube.com/debora+aladim >

Absolutismo. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/absolutismo/>.

Rousseau. Disponível em <https://www.infoescola.com/filosofia/jean-jacques-rousseau/>.

Montesquieu. Disponível em <https://www.infoescola.com/filosofia/montesquieu/>.

John Locke. Disponível em <https://www.infoescola.com/filosofos/john-locke/>.

Voltaire. Disponível em <https://www.infoescola.com/filosofos/voltaire/>.

Ribeirão Preto, Novembro de 2019.